



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Departamento de Ciências Humanas – Campus V

Licenciatura em História

Juan Vitor dos Santos Fernandes

“O LUGAR OU O NÃO LUGAR” DO NEGRO:

Aspectos políticos e ideológicos na educação primária, na década de 1930, a partir da revista “A Escola Primária”.

Santo Antônio de Jesus

2022

JUAN VITOR DOS SANTOS FERNANDES

“O LUGAR OU O NÃO LUGAR” DO NEGRO:

Aspectos políticos e ideológicos na educação primária, na década de 1930, a partir da revista “A Escola Primária”.

Monografia apresentada como trabalho de conclusão de Curso a Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas/Campus V, como requisito para conclusão da graduação do Curso de História.

Orientadora: Prof^o Ma. Marluse Arapiraca dos Santos Cordeiro.

Santo Antônio de Jesus

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

F363I Fernandes, Juan Vitor dos Santos

“O LUGAR OU O NÃO LUGAR” DO NEGRO: Aspectos políticos e ideológicos na educação primária, na década de 1930, a partir da revista "A EscolaPrimaria" / Juan Vitor dos Santos Fernandes - Santo Antônio de Jesus, 2022.

55 fls.

Orientador(a): Marluse Arapiraca Dos Santos Cordeiro.

Inclui Referências

TCC (Graduação - História) - Universidade do Estado da Bahia.

Departamento de Ciências Humanas. Campus V. 2022.

1.População Negra. 2.Política. 3.Educação.

CDD: 907

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Autarquia Decreto nº 1271 de 10/01/2010. Reconhecido: Portaria Nº 15, 000/2010-46

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DE HISTÓRIA
CAMPUS V - SANTO ANTÔNIO DE JESUS



UNEB

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

ATA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO COMO EXIGÊNCIA PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIADO (A) EM HISTÓRIA.

Às quatorze horas do dia treze de julho de dois mil e vinte e dois, na modalidade de atividade remota, através da Plataforma Microsoft Teams, o aluno **JUAN VITOR DOS SANTOS FERNANDES** matriculado no curso de Licenciatura em História Departamento de Ciências Humanas – DCH, Campus V da Universidade do Estado Bahia – UNEB, apresentou e defendeu o trabalho intitulado: **“O LUGAR OU O NÃO LUGAR” DO NEGRO: Aspectos políticos e ideológicos na educação primária, na década de 1930, a partir da revista “A Escola Primária”**.

Foram Examinadores os seguintes professores que, após a leitura e exposição do trabalho, conferiram respectivamente, as seguintes notas:

Profa. Ma. Marfusa Arapiraca dos Santos Cordeiro – (orientadora)
Nota (9,5) Assinatura _____

Profa. Dra. Miranice Moreira da Silva
Nota (9,5) Assinatura Miranice Moreira da Silva

Prof. Me. Denilson Lessa dos Santos

Nota (9,5) Assinatura _____

Diante do resultado, obteve o(a) candidato(a) a nota global (9,5) para a obtenção do título de Licenciado (a) em História. E para constar lavro a presente ata que após lida será assinada por mim e pela banca examinadora.

Santo Antônio de Jesus – BA, 13 de julho de 2022.

Francisco Teixeira dos Santos
Francisco Teixeira dos Santos
Técnico Universitário
Mat. nº 74 332960-2

AGRADECIMENTOS

“[...] sem ele nada do que foi feito se fez.” João 1:3. Dou início a meus agradecimentos ao único que é digno de honra, no qual tudo que foi feito, poderia ser feito. Sou grato a Deus por todo o meu percurso acadêmico, por ter me sustentado, me dado graça e me permitido tantas experiências.

A minha base, minha família, composta por mulheres pretas, fortes e frágeis, que me guiaram por todos meus processos de aprendizagens e afetos. Cito aqui honrosamente a minha avó Cerenita Francisca dos Santos, a minha mãe Joanita dos Santos, meu avô Antonio Martins dos Santos e Neide Francisca dos Santos, sem vocês eu não teria chegado até aqui, vocês foram meu norte, me incentivaram e me mostraram que posso conquistar tudo com esforço e dedicação.

Agradeço também a minha orientadora Ma. Profª Marluse Arapiraca dos Santos Cordeiro, pela sua disponibilidade, atenção e paciência, e por ter aceitado me acompanhar nessa empreitada em tão pouco tempo. Também gostaria de alongar esses agradecimentos a Dr. Profª Miranice Moreira, a mesma esteve presente comigo em boa parte do meu processo formativo e me conduziu no início dessa pesquisa com muito carinho, dedicação e profissionalismo, sem você também não teria chegado até aqui. Da mesma forma me direciono a Dr. Profª Nora de Cassia por todo seu carinho e dedicação com meu processo formativo, e com a responsabilidade que vocês encaram a docência.

A minha companheira Ana Caroline, você fez toda diferença, obrigado por seu cuidado, afeto e incentivo. Agradeço também a minha sogra Araci Costa e sua família, agradeço por ter me tomado como filho e cuidado de mim com tanto carinho nesses anos. Aos Irmãos que Deus me presenteou, Welder França, Jonathas Ribeiro, Quezia Rocha, Jaíse Teles, Jeíza Teles, Rônes dos Santos e Rodrigo Fausto, obrigado por toda escuta e carinho, obrigado por me incentivarem sempre e vibrarem por mim em todos os momentos.

Aos meus colegas de classe e amigos para a vida inteira, Pedro Paulo, Paulo Vitor, Isadora Nadine, Robert Marcês e Juliana Silva, experienciar a graduação com vocês fez de todo esse processo mais leve e enriquecedor. Obrigado por tudo.

As relações sociais no Brasil e no mundo são atravessadas pela naturalização do racismo. Só que essa naturalização só é possível se você tiver instituições que reproduzam do ponto de vista ideológico e do ponto de vista político essas relações permeadas pelo racismo.
(Silvio Almeida)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo a compreensão “do lugar ou não lugar”, das populações negras no processo de construção da educação brasileira na década de 1930, a partir da análise da revista “A Escola Primária”, contribuindo para ampliação das discussões no campo da História da Educação, sobretudo do negro. O Estado é chamado a assumir a educação do povo de forma universal, ou seja, abrangendo todos os grupos sociais, com vistas a produzir os trabalhadores necessários à sociedade moderna e liberal, vinculada aos imperativos do capital. Nesta perspectiva o estudo buscou analisar os processos políticos e pedagógicos implementados na institucionalização da educação e as ideologias que influenciaram o processo de universalização e escolarização da educação no Brasil. As teorias racistas amplamente difundidas foram naturalizando as desigualdades raciais em novo ambiente político e jurídico. Consolidou-se uma forte política de branqueamento como projeto nacional de modo a conciliar a crença na superioridade branca com o progressivo desaparecimento do negro, cuja presença estava relacionada ao atraso. O modelo de desenvolvimento pretendido estava diretamente associado ao projeto de uma nação branca, que gerou processos de produção de silenciamentos e não lugares ao qual foi reservado aos negros. A pesquisa se ancorou numa metodologia, que se baseou no método bibliográfico e documental, numa abordagem qualitativa, e na perspectiva do método do materialismo histórico dialético, com análise de fontes, num diálogo com autores como Sidney Chalhoub (1996), Anthony Giddens (2002), Orlandi e Maria Helena Rolim Capelato (1988). Neste sentido, se construiu problematizações, a partir das referências, argumentando teoricamente sobre os significados e sentidos do projeto de escola republicana que não incorporou, pois, um projeto de emancipação da população negra, pelo contrário, continuou alimentando o racismo e produzindo a exclusão de negros, o “não lugar” nos espaços escolares.

Palavras-chave: Educação; Universalização; Escolarização; Silenciamentos

ABSTRACT

This research aims to understand “place or not place”, of black populations in the process of construction of Brazilian education in the 1930s, based on the analysis of the magazine “A Escola Primaria”, contributing to the expansion of discussions in the field of education. History of Education, especially of blacks. The State is called upon to undertake the education of the people universally, that is, encompassing all social groups, with a view to producing the workers necessary for modern and liberal society, linked to the imperatives of capital. In this perspective, the study sought to analyze the political and pedagogical processes implemented in the institutionalization of education and the ideologies that influenced the process of universalization and schooling of education in Brazil. Widespread racist theories gradually naturalized racial inequalities in a new political and legal environment. A strong whitening policy was consolidated as a national project in order to reconcile the belief in white superiority with the progressive disappearance of the black, whose presence was related to backwardness. The intended development model was directly associated with the project of a white nation, which generated silencing processes and not places reserved for blacks. The research was anchored in a methodology, which was based on the bibliographic and documentary method, in a qualitative approach, and in the perspective of the method of dialectical historical materialism, with analysis of sources, in a dialogue with authors such as Sidney Chalhoub (1996), Anthony Giddens (2002), Orlandi and Maria Helena Rolim Capelato (1988). In this sense, problematizations were constructed, from the references, theoretically arguing about the meanings and meanings of the republican school project that did not incorporate, therefore, a project of emancipation of the black population, on the contrary, it continued to feed racism and produce the exclusion of black people, the “no place” in school spaces.

Keywords: Education; Universalization; Schooling; Silences

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS	14
Capítulo 2: O DISCURSO CIVILIZADOR DA EDUCAÇÃO DE 1930 E A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO	18
Capítulo 3: A IMPRENSA A SERVIÇO DO “PROJETO DE EDUCAÇÃO” COM CARÁTER PEDAGÓGICO	27
3.1 A Revista “A Escola Primária”	29
3.2. Concepções pedagógicas da revista	32
3.3 Educação para civilizar	37
3.4. Espaços de silêncios educacionais e os seus sentidos	42
Capítulo 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

Este estudo visa analisar a historiografia da educação e os aspectos ideológicos, políticos e pedagógicos que nortearam as edições da revista “*A Escola Primária*”, publicada no período de 1930 a 1940, investigando “o lugar, ou o não lugar”, que foi destinado às populações negras, no periódico, entendendo a lógica e os significados do ideal de educação, os reflexos das abordagens do ensino renovado que era incentivado e a proposta de democratização da educação, a partir das pressões para a intensificação da escolarização, compreendendo os processos políticos e educacionais que os negros foram submetidos no Governo Vargas.

Em virtude dos meus estudos e leituras, sempre tenderem para os aspectos culturais e raciais, em meio aos contextos históricos, essa pesquisa desvelou respostas, às minhas inquietações sobre a História da educação e a trajetória educacional de formação dos negros. Na medida em que, a educação escolar se tornou direito e foi universalizada, busquei compreender os aspectos políticos e ideológico, que forjaram o cerceamento e a complexidade da entrada dos meus antepassados, sobretudo, meus avós, à educação primária formal, que foram condicionados ao posicionamento social, “os lugares” e ou “não lugares”, os silenciamentos e invisibilidades sociais.

Foi utilizada nesse estudo a imprensa como fonte historiográfica, já que a imprensa é um local público de discursos políticos e disseminação ideológica de seu tempo, colaborando para a construção de uma historiografia da educação.

No caso da Revista *A Escola Primária*, constitui-se imprensa pedagógica para a construção da história da educação, se faz importante para se compreender o imaginário e o ideal de educação republicana, que era pensada, as concepções teórico-pedagógicas que pretendiam estabelecer no espaço escolar, de que forma se organizavam essas estruturas, às práticas sociais, ações políticas e como os negros foram incorporados e fizeram parte desse lugar.

Ainda na interpretação desse material documental foi necessário o olhar atento à problematização do debate sobre os “não lugares”, ou da ausência dos grupos negros, nesse processo, já que o “não lugar”, também é um lugar político e de fala. A imprensa é um espaço político de veiculação ideológica, e a não aparição ou silenciamento de determinado público também nos indica caminhos de interpretação.

De acordo com Orlandi (2007) “o silêncio não é vazio, ou sem sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa” (p. 68), dessa forma a análise desse não lugar também nos comunica algo. A leitura dos silêncios possibilita a compreensão desse lugar, ou “não lugar” das populações negras no ensino primário, que possivelmente foi inclinado a uma educação subalterna.

O conceito de “não lugar”, é caracterizado segundo Michel de Certeau (1994) pela ausência de identidade, significado e referência histórica, a sua existência está diretamente relacionada com os modos como os sujeitos se apropriam deles, sendo o uso o que faz o lugar ou o não lugar espaço de importância.

Dessa forma, o contexto do governo Vargas, se desenvolve, a partir da ruptura com os padrões de articulações políticas estabelecidas na República Velha, onde as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que se configuraram, através da alternância de oligarquias, conduziu a permanência de poderes políticos, seja com a política do café com leite e dos governadores, também com a manutenção da produção eminentemente agrária, perdem espaço para os novos meios de produção e acumulação do capital, resultado da crise da última década.

Essa ruptura exige novas dinâmicas sociais, que eclodiram como o processo de urbanização, as novas demandas da organização do trabalho, a própria abolição do trabalho escravo, a questão imigratória e as consequências culturais produzida pela mesma, que exigia a organização de uma cultura nacional.

Com a crise de produção e exportação da década de 20, o Brasil se volta para uma economia interna, rompendo com os grandes latifúndios, investindo no capitalismo industrial, diversificação da produção, resultando no êxodo populacional para os grandes centros de produção, demandando dessa forma, instrução e qualificação, que antes não se via necessária. Paralelo as demandas econômicas, a instrução pública, também atende a uma agenda política ideológica de ideal de nação.

Entre outros fatores, como o letramento da sociedade civil, era necessário também, a inclusão do negro à sociedade, questão essa que perdurou toda a Primeira República e avançou adquirindo demandas e complexidade nos anos que se seguiram, quando esbarrou com o projeto político de construção de sociedade, que tinha como propósito “civilizar” a nação, projeto esse conduzido com expectativas e construções identitárias, voltadas a cultura branca europeia, numa perspectiva e parâmetro de conhecimentos, educação, progresso, de desenvolvimento e

modernidade, qualidades a qual o negro, não correspondia, pois o negro era associado ao atraso, as velhas estruturas sociais e escravagista do Brasil.

Dessa maneira atribuía-se ao negro a imagem do atraso, ameaçando “atrapalhar os planos de forjar a nação que se desejava – uma nação civilizada ou, em outras palavras, branca” (Abreu, 2011 p. 241). Essa inquietação pode ser observada desde o início do século XIX, quando já se estava em discussão o destino da nação, no pós escravidão.

Em meio a esse cenário de desenvolvimento de nação e a uma lógica de civilidade, a elite política brasileira, observava esses grupos negros, não apenas, como incivilizados, mas como Shalhoub (1996) discorre, “classes perigosas”, no qual aparecem como viciosos e potencias malfeitores para o ideal de nação, dando assim, ao cenário escolar, como aponta Veiga (2008), a possibilidade de sanar o déficit civilizatório, que essa população intrinsecamente carregava, bem como o alto índice de analfabetismo e a precariedade das exíguas escolas públicas.

Destarte, de acordo com esse imaginário que perpassava o campo político e ideológico do projeto republicano de educação, tendo como base a revista “A Escola Primária”, busco compreender: Qual o posicionamento, “o lugar” do negro dentro desse projeto de universalização e democratização da educação primária no Brasil?

Assim, o processo de democratização da educação no Brasil foi alternativa para o projeto de fortalecimento do Estado, como nação e provedora de direitos constitucionais com o desenvolvimento da escolarização, dando acesso a instrução, a uma parte da população, à educação formal e às políticas públicas.

A somatória dessas políticas de produção de um país forte está diretamente ligada ao processo civilizatório que converge nesse período a um projeto de construção de identidade nacional, idealizado pela busca do moderno, de uma sociedade alfabetizada, de cidadãos comprometidos com o trabalho, com os bons costumes, a ordem social, livre dos vícios e degeneração racial sem fugir dos moldes de civilidade europeia.

Dessa forma cabia a política educacional, não só atender aos interesses econômicos, mas também cabia ao Estado desempenhar uma função política de civilidade, docilização e homogeneização cultural, produzindo uma política de construção de uma pátria com relações identitárias, baseado na ideia da democracia racial.

Aqui a democracia racial, caracteriza-se pela distorção da realidade das relações de poder entre negros e brancos, afim de construir no imaginário social a ideia de harmonia, lugar de oportunidade, de direitos iguais a brancos e negros, desencorajando assim conflitos, e construindo uma narrativa de desarticulação nas agendas políticas de organizações de minorias sociais, aqui, especificamente, os grupos negros, resultando também na isenção por parte do Estado em produzir políticas públicas compensatórias, pelo histórico escravista brasileiro, que impactou diretamente no seu processo de escolarização.

A experiência educacional do negro no início do século XX, se deu de forma tardia, uma vez que essa inserção se configurou, após séculos de exclusão do processo de escolarização e acesso à educação formal, como consequência do processo de escravização. Agora, garantida por lei, desenvolve-se em uma perspectiva de dominação e controle social, baseando-se em um currículo voltado para o mundo do trabalho.

Dessa maneira o governo desenvolveu políticas educacionais que acentuaram, segundo Boutin e Silva (2015, p. 2) a diferenciação entre trabalho intelectual e trabalho manual profissionalizante, entre as classes sociais, que balizaria o desenvolvimento capitalista e manteria as estruturas hierárquicas e sociais, já experienciadas no Brasil. Essa política desenvolve-se indo, parcialmente, contra a proposta da Educação Nova defendida pelo *Manifesto dos Pioneiros da Educação* lançado em 1932, que é amplamente reproduzida na Revista “A Escola Primária” e nas instituições educacionais, onde defendia-se a educação renovada, com sua finalidade, para além dos limites das classes, preparando-se para formar pela “hierarquia das capacidades”, abrindo-se as mesmas oportunidades de educação a todos.

Entretanto, cabia a agenda educacional corresponder e convergir seus objetivos às demandas econômicas e sociais do projeto de modernidade e civilidade proposta pelo governo e sua elite política. A educação renovada não consegue subverter a ordem e o projeto civilizatório da educação, que se lastreava em objetivos liberais e obedecia a uma cultura branca.

É nesse contexto que acontece a criação da revista pedagógica, *A Escola Primária* de iniciativa privada, idealizada e dirigida pelos inspetores escolares do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, em sua primeira edição em 1916, tinha como objetivos oferecer aos professores, textos que problematizavam e faziam uma crítica

a educação que vinha se desenvolvendo, colaborava com o combate ao alto índice de analfabetismo da população brasileira, que de acordo com Lilia Schwarcz constava 84% da população no ano de 1872 (Veiga, 2008).

Suas contribuições estavam pautadas em reflexões teóricas e metodológicas, numa perspectiva educacional, acompanhada da construção de propostas de intervenções pedagógicas.

Posto essas características, o estudo resgata aspectos da História da educação dos negros, pouco analisados de forma acadêmica, justificando o diferencial da pesquisa, pois promove estudos, a partir da análise direta de aporte documental, através da revista *A Escola Primária*, compreendendo de que maneira os ideais da educação nos anos 30 se desenvolveram no Brasil, os aspectos políticos e ideológicos intrínsecos no desenvolvimento da educação primária, através do processo de escolarização, o acesso e apropriação do negro à esse lugar de valorização social.

É justificável também, do ponto de vista da importância social, porque resgata a História da educação, ao passo em que refletimos sobre o processo de exclusão que os grupos negros passaram no seu direito à escolarização, impactando no âmbito social, a partir da finalidade de construção de políticas públicas e ações afirmativas no combate do racismo institucional, na educação.

O presente estudo, tem como objetivo geral: Analisar “o lugar ou o não lugar” do negro no cenário político pedagógico brasileiro, na década de 1930, bem como seus desdobramentos no processo de universalização e escolarização da educação primária. E seus objetivos específicos: Identificar os demarcadores sociais que eram destinados às populações negras de acordo com os projetos de educação vigente; Problematicar o projeto de educação republicana, a partir do processo de Escolarização e a consonância com as concepções teóricas e pedagógicas da revista *A Escola Primária*, observando as influências e exigências políticos ideológicas, implícitas; Compreender a universalização e escolarização da educação como acontece o acesso dos negros nesse processo; Demonstrar através da História da educação as ações do governo Vargas, em seus aspectos políticos e ideológicos no reforçamento do não lugar do negro; Verificar o posicionamento no “lugar ou não lugar” do negro brasileiro, no processo de escolarização para o combate às possíveis disparidades educacionais advindas das políticas de construção do ensino primário.

Assim o estudo está dividido em 4 capítulos, além da introdução. No primeiro desenvolvemos uma breve exposição de como se construiu a pesquisa e quais caminhos metodológicos que foram adotados.

No segundo capítulo segue a compreensão do cenário político pedagógico brasileiro na década de 1930, fazendo um diálogo com materiais bibliográficos referentes ao período, afim de situar os aspectos históricos e políticos que levaram a construção do modelo de educação, a partir do discurso civilizatório que era amplamente difundido na sociedade, através da imprensa.

Já no terceiro capítulo a continuidade da análise em maior escala da revista e seu papel no processo histórico, discutindo questões do campo da educacional, pensando os desdobramentos pedagógicos em que a revista constrói, um cenário de manutenção de uma racionalidade, que irá reforçar o silenciamento dos negros, identificando as influências desse processo de exclusão e como esses discursos se consolidaram.

No quarto capítulo as considerações finais, refletindo sobre os desdobramentos da educação destinada aos negros.

Dessa forma, na próxima parte os aspectos metodológicos são demonstrados, a abordagem, métodos e coleta de dados, iniciando a reflexão da trajetória da pesquisa.

Capítulo 1: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos da pesquisa foram trilhados no sentido inicial de nortear o processo de pesquisa, que contribuísse com a compressão do percurso histórico e complexidade da trajetória educacional da população negra, de como se deu a inserção dos negros a esse processo, localizando “o lugar” desses sujeitos na historiografia. Visto que a experiência da escolarização do povo negro tem sido pouco explorada, sobretudo, pela História da educação, como objeto de análise, sendo atravessada pela carência de fontes e pesquisas necessárias, tornando-se um dos maiores desafios no levantamento de fontes exclusiva sobre o percurso educacional dos grupos negros.

O caminho percorrido, para o desenvolvimento da pesquisa, foi longo, já que a ausência de fontes ao recorte temporal e racial selecionado dificultaram todo o processo de busca. Após, a garimpagem das fontes primárias em impressos da época e o amadurecimento das leituras das referências, me foi permitido construir uma análise bibliográfica e documental, através dos silêncios produzidos, sobre a História da educação do negro no processo de escolarização, permitindo selecionar os métodos e abordagens para dar andamento a pesquisa.

A pesquisa se ancorou no método de pesquisa documental aliada a uma reflexão das produções bibliográficas, de CELLARD (2008) SÁ-SILVA (2009) ALMEIDA (2009) e GUINDANI (2009) apontam que “A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (2009, p. 2).

Com abordagem qualitativa, de acordo com Brito (2021), Oliveira (2021) e Silva (2021) trabalharemos com o universo dos “significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (p. 3). Por meio desta, proponho compreender a complexidade dos dados que compõe, o processo de escolarização do negro na década de 1930.

Retomando a discussão da escassez de fontes, para chegar à metodologia atual, tive que optar por trabalhar, numa perspectiva das ausências. Selecionei as fontes, pensando em como os espaços de silêncios nos comunicam, e podem indicar aspectos de uma determinada política.

Durante todo o processo de análise das fontes observei se os negros foram inseridos nesse projeto de educação ou não, deslocando a atenção se esse processo de silenciamento pode nos dizer e corroborar com a pesquisa.

Assim, partindo da leitura e interpretação dos textos da revista “A Escola Primária”, podemos compreender como a imprensa colaborou com a articulação do Estado varguista no quesito educação, sendo assim, foram utilizados os mecanismos da abordagem documental no trato da revista *A Escola Primária*.

De acordo com Cellard (2008) a análise documental “favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas”, entre outros, permitindo ao pesquisador acrescentar a pesquisa a compreensão social de determinado tempo.

A imprensa para a pesquisa historiográfica, vem se constituindo um campo promissor, pois sua vasta bibliografia dar espaço para manifestações coletivas, onde são veiculados debates, discussões e polêmicas de sua época, possibilitando reflexões das mais complexas relações sociais e políticas (ZANLORENZI, 2010)

Vale ressaltar que a revista *A Escola Primária* é um modelo de imprensa pedagógica, segundo Rodrigues (2010) cuja metodologia de escrita empregada, não é neutra “ao contrário, divulga aspirações, concepções políticas, ideológicas, apresenta necessidades e objetivos específicos do grupo que propõem sua editoração, publicação”.

Desta maneira foi conduzida uma análise com base nas concepções políticas da revista, identificando e problematizando quais são as demandas sociais, perspectivas ideológicas e possibilidades educativas difundidas em seus periódicos, partindo da análise de seus artigos, suas intervenções metodológicas, temas comumente abordados, buscando compreender seus objetivos como formadores de opinião pública, quem eram os seus assinantes, na tentativa de identificar, a qual público os redatores se comunicam, quais os desdobramentos no cenário educacional e como o mesmo interage com a população negra.

A princípio cataloguei todas as edições da revista que encontrei na Hemeroteca Digital Brasileira, logo após, fiz uma leitura mais detalhada da revista, afim de identificar em seus artigos a menção a grupos negros, em seguida fui mapeando os artigos em que eram observáveis propostas que fizessem referências a esses grupos, mesmo não citando-os diretamente. Logo após esse primeiro contato, pude organizar

as ideias e fazer o levantamento bibliográfico da pesquisa, elegendo quais teóricos seriam selecionados para a fundamentação teórica da pesquisa e quais diálogos seriam estabelecidos com a literatura já existente na área.

Dessa forma, o texto se constituía, a partir do método bibliográfico e documental, conversando com autores afim de construir uma base teórica sobre a política econômica e social do Brasil na década de 1930, seus objetivos políticos e ideológicos com influências na área educacional. Obras que destacam o processo de escolarização dos negros, sua inserção no mercado de trabalho e o processo de exclusão dos grupos negros no Brasil.

Foi necessária uma revisão de literatura para se compreender como essa temática e o conceito de lugar e não lugar, vem sendo apropriado, no campo das ciências sociais, pela área educacional nas pesquisas acadêmico-científicas. Desse modo “a pesquisa bibliográfica se coloca como impulsionadora do aprendizado, do amadurecimento, levando em conta em suas dimensões os avanços e as novas descobertas nas diferentes áreas do conhecimento” (Brito; Oliveira; Silva, P. 8, 2021).

Esse momento inicial de busca e seleção das fontes sobre o estudo do conhecimento, além de constituir-se em um mapeamento acerca das pesquisas que já existem, demonstra um panorama geral do que se tem sido pesquisado sobre a história da educação e a entrada dos negros no espaço escolar, os aspectos políticos e ideológicos no desenvolvimento da escolarização primária, direcionando o olhar do pesquisador, também para aspectos que, ainda, não foram abordados, a complexidade dos aspectos epistemológicos e encaminhamentos das pesquisas.

A emergência desse debate ganha força com a preocupação crescente com o estudo, sobre processo de exclusão, discriminação, racismo estrutural que sempre foi permanente na trajetória educacional, cerceamento de seus direitos plenos como cidadãos e não aceitação das suas contribuições culturais.

As produções historiográficas, anteriormente consultadas, já produzidas sobre história da educação, tem o objetivo de acompanhar as transformações políticas e pedagógicas vividas no país, seguindo esse caminho cito nomes como o de Simon Schwartzman (2000), Helena Maria Bousquet Bomeny (2000), Vanda Maria Ribeiro Costa (2000); Ione Celeste Jesus de Sousa (2006); Leila Maria Inoue (2011) e outros tantos. Dentre elas o artigo da autora Mariléia dos Santos Cruz (2005), em “Uma

abordagem sobre a História da Educação dos Negros”, contribuiu com reflexões sobre a necessidade do desenvolvimento de pesquisas sobre o afro-brasileiro no campo da historiografia da educação.

A autora da continuidade em seu pensamento, com a discussão em volta da necessidade de se produzir pesquisas na da área, afim de contribuir com a formação de professores para o trabalho em sala de aula, podendo conduzir suas aulas atentos as dinâmicas da pluralidade cultural concentrada nos espaços escolares.

Há também produções como as de Bettine e Sanchez (2016), que discutem o período final do Governo Imperial, a Primeira República, a partir da análise dos textos legislativos, contribuindo para a compreensão de como o legislativo brasileiro organiza o cenário político educacional, e como isso era refletido na sociedade. Já Janaina S.S. Menezes (2008) é desenvolvido um minucioso trabalho sobre como o Estado se organizou na sistemática educacional, nas constituições a partir da constituição de 1934. Possibilitando a compreensão de como se organizou os recursos legais de institucionalização de educação primária obrigatória na constituição de 1934.

Ainda seguindo esse cenário da educação pela constituição, as reflexões feitas por Marco Antônio Bettine de Almeida e Livia Sanchez (2016), em aspectos referentes ao processo legislativo da educação formal no Brasil, estudando a perspectiva da população negra no processo de educação, contribui de forma coerente na compreensão das propostas feitas pela educação, seus planejamentos e a realidade vividas nas escolas.

Ressalta-se aqui a importância da presença de trabalhos que já discutem a escolarização do negro. Dessa maneira essa produção mesmo que reduzida, impulsionam novas pesquisas na área, dando ao cenário da historiografia educacional relevância, uma vez que essa produção vai de encontro a essa narrativa da inexistência de história do negro, por meio da ausência de dados para sua produção, demonstrando o projeto a qual o negro vem sendo submetido ao longo de sua jornada.

No próximo capítulo são discutidos os conceitos e concepções teóricas centrais para o desenvolvimento do estudo sobre a universalização da educação e escolarização do negro, sobretudo na década de 30 e como a mesma se deu numa lógica de produção política ideológica de civilidade.

Capítulo 2: O DISCURSO CIVILIZADOR DA EDUCAÇÃO DE 1930 E A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

A República no Brasil surge do desejo de progresso político e econômico prometido pelos seus idealizadores, otimistas com as ideias desenvolvimentistas e modernizadoras, que culminariam em uma nação com maior liberdade política. Entretanto, a Primeira República se caracteriza pela disputa política entre Minas e São Paulo, conhecido como a política do Café com Leite e por uma série de revoltas populares, crise econômica e política, indo contra as bases do que seria uma nação com ordem e progresso a qual os militares se dispuseram em instalar.

Dessa maneira a revolução de 1930, seria uma resposta a essa crise, sendo considerada “a republicanização da República” (CAPELATO 1988, p. 47), cabendo a Vargas conduzir o progresso, a ordem e a civilidade como projeto Ideal de República. Dessa maneira a conjuntura política e econômica vivida no Brasil nesse momento, se atentando principalmente para as questões econômicas e ideológicas que resultaram no fortalecimento dos ideais nacionalistas, que posteriormente são injetados na educação, serviu como legitimadora do poder da República (Abreu, 2011).

A crise do mercado nacional deflagrada em 1929, instaurada pela falta de atualização das tecnologias de consumo e de acúmulo de capital, é o ponto de partida de manobras de fortalecimento econômico interno em cenário mundial, culminando dessa forma em uma série de iniciativas que visam o desenvolvimento interno dos países. Com o mercado internacional em crise, os governos se voltavam para a produção que fortalecesse internamente o comércio e o desenvolvimento nacional.

As medidas adotadas pelo Brasil, inicialmente, ainda tinham como base a exportação do café e do algodão, baseado em uma política de desvalorização balanceada da moeda interna, seguida de uma política de controle do déficit federal e estadual. (BOUTIN e SILVA. 2015). Já as implementações de medidas desenvolvimentistas se intensificam, a partir da segunda metade da década de 30, quando as manobras políticas de exportações não têm o êxito esperado somado as pressões internas na América latina, resultado este da instabilidade políticas e econômica do país.

A implementação do Governo Provisório, atinge suas relações com os países latino-americanos, levando dessa forma o Brasil a investir em políticas de desenvolvimento interno e uma política de fortalecimento regional. Um dos caminhos adotados foi a construção das siderurgias, principal base para o fortalecimento armamentista e soberania energética nacional.

Novas exigências educacionais eram colocadas pelo processo de industrialização, que Vargas pretendia alavancar, adotando o modelo econômico do nacional-desenvolvimentismo, como afirma Romanelli:

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determina conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (ROMANELLI, 1999, p. 59).

No terreno da educação, criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública, se entendendo para reformas do Ensino Secundário e do Ensino Superior, a realização da IV Conferência Nacional de Educação, a partir daí Vargas provoca os grupos participantes a apresentarem diretrizes, para a elaboração de um projeto educacional para o país, não chegando a um acordo, os apoiadores à renovação da educação sistematizam o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932) e apresentam a toda sociedade.

Segundo Romanelli,

O Governo havia solicitado a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, a polêmica em torno do ensino leigo e da escola pública se tornou tão acirrada, que não houve clima, nem condições para atender o pedido do Governo, com o que ficou configurada a falta de uma definição objetiva do que era e do que pretendia o movimento renovador. Foi então que os líderes desse movimento resolveram precisar seus princípios e torná-los públicos, através de um documento endereçado “Ao Povo e ao Governo”. Surge, pois, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932 (ROMANELLI, 1999, p. 144).

Documento que trazia um diagnóstico do quadro educacional brasileiro e mais ainda, uma proposta de criação de um sistema completo nacional de educação, consubstanciado numa estrutura orgânica de um programa educacional.

Esse conjunto de movimentações políticas e articulações de grupos, culminaram no fortalecimento do projeto de nacionalização, impactando diretamente nas reformas educacionais implementadas durante o período Vargas, que

promoveram a partir da educação a base ideológica que sustentariam os ideais de modernidade e que forneceriam mão-de-obra qualificada para o processo de industrialização.

Dessa forma, compreender a importância dos impactos econômicos vivido no Brasil de 1930 e as reverberações do mesmo, nas reformas educacionais é fundamental para a compreensão, de como a estrutura econômica influencia no projeto de educação do país. importante compreender, também, que essas reformas não são, apenas produto do mercado econômico, mas sim, da construção de um ideal de sociedade.

A partir desse entendimento, as reformas atendem a um processo ideológico de nacionalização, promovendo com isso silenciamentos. Não aparecem nessas reformas qualquer menção aos grupos negros que ficam excluídos, nesse processo, promovendo assim o apagamento cultural e de direitos constitucionais desses sujeitos. A construir dessa forma uma crença de uma sociedade harmônica e singular, uma vez que esse discurso promove o silenciamento de qualquer cisão social.

A busca pela superação da crise econômica, gerada na grande depressão de 1929, instaurou um cenário de fortalecimento de políticas de nacionalização, implementando uma série de reformas educacionais, entre essas reformas, as realizadas na educação, assumiram um papel fundamental, na qual preconizava a construção de uma base nacional comum educacional, afim de alcançar as mais diversas regiões do país.

Esse projeto de nacionalizar a educação estava em consonância com o projeto de enfraquecimento da regionalização, em detrimento do fortalecimento de políticas nacionais.

Segundo Brito (2006), a política de nacionalização implementada no modelo educacional que era formatado nas reformas educacionais seguia no sentido de:

Combater esta e outras possibilidades de demarcação etnoculturais, foi pensada a política de abasileiramento cultural dessas populações, na qual a unidade nacional era um imperativo a ser alcançado, [...] Desta forma, entre 1938 e 1939, o governo brasileiro procurou inviabilizar as escolas etnicamente diferenciadas, tomando várias medidas, como a colocação de nomes brasileiros nas escolas situadas nas colônias; a exigência de que brasileiros natos estivessem presentes em suas direções, bem como em seus quadros docentes; a obrigatoriedade do uso do português como língua

escolar, ficando vetado o ensino de língua estrangeira para menores de 14 anos; [...] (p. 21)

A efeito dessas características, a educação implementada durante o governo Vargas objetivava a construção de uma educação caracterizada pela universalização, democratização e gratuidade, que elevasse a sociedade aos padrões de civilidade desenvolvidas pelas intelectualidades e elite políticas da época.

Dessa maneira o desenvolvimento da política escolar foi palco de manifestações ideológicas acirradas, protagonizadas pela igreja católica e a ala conservadora, na qual buscava manter a hegemonia educacional, até então aplicada na política de educação, e pelos liberais, progressistas e da esquerda, que ganham espaço com as ideias da Escola Nova, que propunham uma escola laicizada, democrática e universalizada.

A defesa pedagógica feita pelos escolanovistas, encaminhava-se no sentido do professor ser direcionador dos saberes, dando ao aluno a possibilidade de se agruparem pelas suas áreas de saberes de acordo com suas preferências, dando liberdade ao ensino e rompendo com os moldes tradicionais.

De acordo com Boutin e Sillva (2015), somente a elite foi beneficiado por esse modelo pedagógico, uma vez que o mesmo demandava altos custos financeiros ao Estado. Ao citar Saviani (2009), Boutin e Sillva (2015) apontam que a universalização proposta e implementada não fez outra coisa, a não ser “manter a expansão da escola em limites suportáveis pelos interesses dominantes e desenvolver um tipo de ensino adequado a esses interesses” (p. 4492).

Desta maneira a educação construiu-se numa premissa educativa menos acadêmica e mais técnica conforme aponta Boutin e Sillva (2015), objetivando a manutenção do mercado do trabalho, “pretendendo formar uma massa de trabalhadores assalariados subservientes ao mercado de trabalho” (p. 4492).

Para além de uma educação tecnicista, o projeto de educação do governo rumava à implementação de uma educação que em aspectos civilizatório, objetivava alcançar a população pobre, sobretudo os negros, afim de sanar por meio da educação as “degenerações da raça”.

Dessa maneira cabia a educação estimular uma educação eugênica (Brasil. 1934, Art. 138 P. b), alinhada dessa forma com a mensagem lida por Vargas na

constituente de 1933, onde o mesmo caracteriza a eugenia como um dos componentes da educação de qualidade responsável por elevar uma nação a mérito de superioridade nacional, de progresso e podendo até mesmo defini-la como moderna.

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional [...] (VARGAS, 1933, p. 124)¹

Essas medidas educacionais adotadas, também apresentavam um sentido de silenciamento das lacunas econômicas, sociais e culturais que se formaram, a partir do fim da relação escravocrata no Brasil, cabendo a essas medidas produzir na sociedade a ideia de que não se devia aos negros nenhum tipo de reparação. Possivelmente, buscando, a partir das reformas na educação a construção de um ideal de sociedade harmônica, onde os atritos culturais e econômicos existentes na sociedade fossem maquiados e/ou invisibilizados, implementando assim, como um dos meios para o sucesso de suas políticas de harmonização, ideais eugênicos nos mais diversos espaços da sociedade.

Esses ideais pautavam-se pela valorização do trabalho, afim de combater o ócio, a busca pelo embranquecimento cultural e do embranquecimento dos espaços públicos, fortalecimento da moral e bons costumes, políticas de higiene coletiva, na qual não se limitava, apenas a premissa do saneamento básico, mas como o controle de natalidade e mortalidade, uma vez que os problemas de saúde pública não eram um problema de saneamento e combate às epidemias, mais sim, um problema produzido pelos vícios e toda sorte de “degeneração” social e racial.

Tais ideais eugenistas difundidas pelas elites intelectuais brasileiras, justificava-se pela necessidade de transferir a causa dos conflitos sociais e raciais, produzido pelo rompimento com o antigo modelo econômico, para a “degeneração” social, advinda da mistura racial no Brasil, principal vetor de incivilidade. Assim, a implementação da mesma seria o carro chefe do modelo de civilidade pensada para o Brasil

Penso que a condução da escrita deve passar pelo destaque da história da educação do negro a partir daqui e vincular a participação dele nesse processo.

¹ Recorte do discurso do então presidente Getúlio Vargas na Assembleia Constituinte de 1933.

O princípio de democratização da educação no Brasil, começa a se construir a partir da constituição de 1824, por meio do art. 179, § 32, dando direito a “instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos”. Em seguida, em 1827, a Lei de 15 de outubro postulou em seu art. 1º que “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”. Entretanto ficava “proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (FONSECA, 2002, p. 12).

Somente após o século XX que a democratização da educação ganha maior fôlego, e inclui o negro em seu projeto. Isso se deu porque após os anos de 1930, em que o Brasil expande o seu processo de industrialização, durante o governo Vargas, impõem-se uma maior demanda pela escolarização do país.

Nesse contexto, em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1931, houve a Reforma Francisco Campos, que criou, na letra da lei, um Sistema Nacional de Educação, e também o Conselho Nacional de Educação, órgão destinado a prestar assessoria ao Ministério da Educação. (ROSA, LOPES, CARBELLO, 2015, p. 165)

Por meio dessas medidas, o Estado objetivava a construção de um ensino adequado a modernização, civilizador e que atendessem ao ideal de nação desenvolvida. Dessa maneira, a política de inclusão do negro a escolarização e a cidadania, significou uma estratégia de inclusão controlada, gradual, em que a educação funcionou como filtro a cidadania e civilidade esperada.

É nesse momento que as discussões sobre a democratização da educação e gratuidade da mesma, ganha maior espaço, dando aos escolanovistas, por meio do Manifestos dos Pioneiros da Educação, relevância no diálogo com o Estado, por meio da defesa de um ensino laicizado, gratuito, e de obrigatoriedade por parte do Estado, resultando no:

art. 149 onde apontou que: “A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos [...] de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana”. (ROSA, LOPES, CARBELLO, 2015, p. 166)

Boutin e Silva (2015) apontam para um projeto de educação que preparasse a sociedade para o mundo do trabalho, sobretudo as classes pobres, ao citarem Buffa (1997), apontam a necessidade de o Estado oferecer conhecimentos básicos a classe trabalhadora, como leitura, escrita, e noções básicas de matemática e mecânica.

Entretanto, esse projeto não se limita, ao preparo para o mundo do trabalho, a mesma objetivava a construção de uma sociedade moderna, devendo tomar para si o dever de civilizar a nação, sobretudo o negro.

No entanto, o projeto de escola republicano não construiu um projeto de emancipação do negro, de outro modo, perpetuou o racismo, utilizando o espaço escolar como clinicas de acordo com o diálogo estabelecido entre Passos (2010, p. 13) ao citar Dávila (2006), a escola seria responsável por reparar os danos raciais que acometia o negro.

Nesse caminho, discorrer sobre a escolarização formal do negro no projeto republicano, nos remete necessariamente a elementos que apontam a elite branca, como dirigente de um projeto de educação que conduziu o negro ao “não lugar”, como consequência de ter tomado para si a responsabilidade de construir a transição do negro para a sociedade livre, sem que existisse uma ruptura entre as estruturas sociais, tomando a educação como principal mecanismo de disciplinar o negro para o convívio social.

Michel de Certeau (1994) constrói uma distinção entre lugar e não lugares ao abordar a questão da mobilidade, o deslocamento seria o princípio de diferenciação entre o lugar e o não lugar. Mais tarde retomado por Marc Augé, o conceito de “lugar e não-lugar” ganha um prolongamento em sua distinção, emitindo nesse processo de deslocamento o caráter de esvaziamento entre esse trânsito, localizando esse lugar de trânsito em um espaço esvaziado de significados.

Para Augé “[...] Lugar pode ser definido como um espaço antropológico, que apresenta características identitárias, relacionais e históricas.” (SCHNEIDER, 2014, p. 5). O não lugar seria o oposto dessas características, a ausência de caracteres identitários, impossibilitando os sujeitos estabelecerem vínculos durante a sua passagem. Segundo Schneider “Quando Michel de Certeau fala em não-lugar é para fazer alusão a uma espécie de qualidade negativa do lugar, de uma ausência do lugar em si mesmo que lhe impõe o nome que lhe é dado.” (apud AUGÉ, 1994, p. 93).

Ao empregar o conceito de não lugar, como o resultado do projeto de educação a qual o negro é inserido, na construção de uma República pautada pela modernização, adoto o sentido de um espaço que precisa exercer controle sobre o negro, ao mesmo tempo em que retiram a identidade do indivíduo, criando um esvaziamento de suas particularidades e subjetividades, dentro do espaço

educacional. Portanto, os não lugares, esvazia o princípio de sentido da educação como emancipadora, mas como projeto de desapropriação cultural do negro, tornando um lugar de homogeneização das experiências sociais desses indivíduos. Uma vez que “Os não-lugares, portanto, e ao contrário dos lugares, são esvaziados do princípio de sentido para aqueles que o ocupam ou habitam.” (SCHNEIDER, 2014, p. 5)

A escola estava encarregada de executar enquanto aparelho do Estado, os ideais de modernidade a qual o Brasil se construía. De acordo com Giddens (2002) modernidade pode ser “equivalente ao “mundo industrializado”, porém observando, que essa não pode ser a única dimensão institucional do termo. A modernidade pode ser dimensionada a partir de como as instituições geradas das demandas econômicas e dos novos meios de produção reorganizam a sociedade. Nessa lógica os Estados modernos, produzem mecanismos de controle sociais, apontados por Giddens como uma espécie de regulador das relações sociais, em espaços temporais e geográficos indeterminados, possibilitando a expansão dos meios de controle social por meio do Estado.

Ao compreender como funciona um dos principais mecanismos da modernidade, podemos observar o espaço escolar como um desses espaços de controles sociais, tendo como base ideológica o eugenismo popular e a higienização dos espaços sociais, estruturas essas que serviram como base para o projeto de nacionalismo em curso.

De acordo com Chaloub (1996) as transformações espaciais em desenvolvimento no Brasil, tomando como referência o Rio de Janeiro, atende a uma agenda política que se desdobra sobre a higienização dos ambientes públicos. O pensamento higienista no Brasil segue uma linha onde coloca os atrasos sociais e o mau funcionamento da sociedade como resultado de doenças, a cabo da medicina resolver essas questões, sendo assim o projeto de sociedade também passava e se geria a partir dessas políticas de higiene, “cabendo à Medicina refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, visando neutralizar todo perigo possível” (Silva e Mansanera, 2000, p. 118).

Nessa perspectiva atribuía-se a essas reformas estruturais a finalidade de construir saúde social, políticas de embranquecimento dos espaços públicos e dos costumes culturais. Uma vez que o ideal social de saúde se confunde com

embranquecimento socio geográfico importado da Europa. Essa política, não se limitou aos espaços de praças e centros urbanos, a mesma se estende também aos espaços educacionais. Não atoa temos o Ministério da Educação e Saúde Pública como um único órgão.

A política de higienização também se estende aos espaços educacionais, não se limitando, apenas às estruturas físicas das escolas, mas também como política educacional, uma vez que a mesma tinha como objetivo posto, o fomento da eugenia apontado mais acima. De acordo com Mansanera & Silva (2000) para os higienistas não seria possível a construção de uma sociedade civilizada, já que para que isso acontecesse devia-se combater as “*taras sociais*” produto das degenerações raciais vindas da mestiçagem brasileira, fundamentando-se dessa forma às ideias higienistas.

Com a crença do aperfeiçoamento genético, a Eugenia trataria do aprimoramento das hereditariedades humanas. Para Galton (1822 – 1911) tanto os animais como os seres humanos poderiam ser aperfeiçoados a partir da seleção artificial. Na prática, esse aperfeiçoamento se daria a partir de um perfil de indivíduo que se afaste dos vícios imorais perpetuados pela sociedade, esvaziamento de práticas culturais incivilizadas, e da aproximação de fenótipos e traços europeus. Para Galton a Eugenia se caracterizaria como “o estudo dos fatores que, sobre o controle social, possam melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, quer física, quer mentalmente.”

Podemos dessa forma seguir a linha de que de acordo com a definição de Eugenia, a política implementada no Brasil, estava lado a lado com o conceito da mesma, uma vez que Eugenia em sua definição, propõe que para que a mesma se desenvolva, deve haver um empenho do Estado para a então política seja viável ou não.

Dessa forma a política educacional implementado na década de 1930, é extremamente racista, excludente e promove a perpetuação da disparidade educacional entre negros e brancos.

Capítulo 3: A IMPRENSA A SERVIÇO DO “PROJETO DE EDUCAÇÃO” COM CARÁTER PEDAGÓGICO

Importante instrumento na ampliação do debate educacional, a imprensa escrita, se constrói como um instrumento de manipulação, interesse e de intervenção da vida social (CAPELATO, 1988). Dessa forma, torna-se material importantíssimo para a análise de como se deu o processo de Universalização da Educação gratuita e laicizada, uma vez que a mesma foi disseminadora dessas ideias à sociedade, participando ativamente do debate educativo, através da circulação de artigos, que indicavam a precariedade da educação na República, a importância da educação para o desenvolvimento da nação, da produção de referências civilizatórias, como também do alinhamento com as ideias estatais para educação.

Partindo dessa afirmativa, cabe aqui cooptar as ideias e produções da narrativa produzida pela imprensa, empregando sobre esses dados rigor analítico para compreensão de como se construiu, por meio da narrativa educacional o processo de silenciamento a qual os negros foram submetidos durante o processo de institucionalização da educação.

Para tanto, é preciso fazer, antes menção ao panorama histórico de circulação da imprensa na República, e da importância da produção da opinião pública, resultante da relação da imprensa com a sociedade.

Os discursos produzidos pela imprensa com a proclamação da República caracterizavam-se, pela exaltação do republicanismo, construindo narrativas de caráter libertador da República, defendidos por alguns como promovedor da paz, do progresso e da civilidade, construindo uma “imagem harmoniosa, unitária da República” (CAPELATO, P. 44, 1988), sendo de grande importância para a sedimentação do regime, uma vez que a mesma comunicava e propagava ideias de progresso e assertividade do então modelo político implementado.

Entretanto, no decorrer das décadas seguintes, críticas ao governo não se fizeram ausentes, ganhando corpo na década de 20, aclamando uma revolução que voltaria a colocar o Brasil de volta ao progresso ordeiro, proposto pelos ideais republicanos que outrora não foram atendidos.

A imprensa oposicionista, constantemente, alertava a necessidade de uma nova revolução, afim de evitar que o povo descontente, com os abusos do governo a

fizessem. Essa disputa de narrativas dicotômicas, entre a oposição ao governo e seus defensores, serve para demonstrar como a opinião pública se manifesta.

Aquela capaz de influenciar mais e manifestar maior relevância na construção e implementação de seus ideais, irá exercer maior relevância político-social.

De acordo com Capelato (1988), o poder político da imprensa sempre estava presente na sociedade, dessa forma “os governos e poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais.” (p.13). Cabe aqui, uma pequena exposição de como essa articulação e relação de poder, entre a imprensa e o Estado brasileiro se desenvolveu, durante a República, e suas reverberações, afim de compreender como essa, exerceu influência na construção das rupturas políticas, vividas ao fim do império e a implementação da República, a revolução de 1930, exercendo fundamental papel na construção de narrativas políticas que circulavam entre a população.

Sendo gerida no âmbito privado, a imprensa circula no espaço público de discursos políticos e da disseminação ideológica e uma vez que o privado, propõem-se a discutir o público, constrói-se um mecanismo de poder, que possibilita a condução, ou corroboração, (uma vez que suas ideologias estejam alinhadas com as ideologias propostas pelo governo) nas narrativas, afim de sedimentar modelos políticos e ideológicos na sociedade, transformando seus interesses em interesses gerais, a partir da construção da opinião pública.

Segundo Chauí (2006), a opinião pública é o “juízo emitido em público sobre uma questão relativa à vida política” (pag. 10). Em outras palavras a opinião pública, é a publicização e muitas vezes potencialização dos debates do mundo público, servindo como ferramenta de construção de imaginário, sendo assim, possibilita aos historiadores lançar um olhar ao passado, a partir de ferramentas analíticas e metodológicas que proponha a construção de narrativas históricas, que contribuem para sanar inquietudes do tempo presente.

Dessa forma a Historiografia educacional é estudada com a sinalização da produção de conteúdo da imprensa, visto que nela encontra-se intervenções diárias da vida pública, onde podemos encontrar menções diretas e indiretas do processo educacional em seu tempo. Dessa maneira a imprensa se configura, relevantemente,

para a análise historiográfica da educação, desenvolvendo uma série de estudos, enriquecendo o estudo das diversas narrativas no campo educacional.

Na construção dessa narrativa, ou da manifestação de elementos que compõem a opinião pública, podemos notar as relações de poder construídas, entre a imprensa e o Estado e como a mesma impacta o cotidiano das pessoas. De como essas narrativas influenciam as rupturas, e contribuem para disseminação de ideais, que quando alinhados ou não com as políticas de governos produzem espaços de poder.

O desenvolvimento da imprensa, sobretudo a imprensa pedagógica corroborou com a ampliação do projeto de democratização da educação, pelas suas contribuições e a repercussão das ideias e de um projeto de modelo de educação, em que a escola representava o instrumento de progresso e modernização do país.

Tendo em vista, que “as revistas educacionais tiveram uma história, relevante na educação brasileira, pois produzidas por professores para professores, tinham como objetivo a formação docente e o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico” (ZANLORENZI, 2010, p. 66), a mesma possibilita a compreensão de como o programa de educação primária, alinhado com o projeto de sociedade à época, produziu uma narrativa de silêncios na experiência educacional do negro, aqui de maneira mais específica na década de 30 por meio da revista *A Escola primária*.

Nesse contexto a imprensa teve um papel significativo, que foi promover a circulação de vasta riqueza de informações, possibilitando ao historiador a construção das narrativas e interpretações.

3.1 A Revista “A Escola Primária”

“*A Escola Primária*” foi uma revista periódica dirigida aos professores primários da cidade do Rio de Janeiro, afim de contribuir com a regularidade e uniformidade dos métodos empregados, concepções, objetivos, sentidos e significados da educação, naquele momento, para o estabelecimento de uma organização escolar que lastreava os debates políticos e pedagógicos, entre o final da década de 1920 e 1930, sobre o projeto de universalização da educação e a ampliação da escolarização.

A mesma começa a circular no ano de 1916, sua última edição é referente ao ano de 1938, tendo a sua direção formada pelos inspetores escolares do distrito federal.

De acordo com Oliveira (2018):

“A Escola Primária” era uma Sociedade Anônima, estabelecida e com foro eleito na cidade do Rio de Janeiro, cujo capital social era de três mil contos de réis, divididos em ações de trinta mil réis. De acordo com seu Estatuto, o funcionamento da sociedade foi estabelecido por vinte anos, que poderia ser prorrogado por Assembleia geral dos acionistas. (p.2)

Inicialmente, a revista fora pensada, para atender aos professores do ensino primário da então capital, porém a mesma não se restringiu, apenas ao Rio de Janeiro, alcançando circulação nacional, nos seus 22 anos de publicação. A distribuição da mesma se dava pelo correio, onde o assinante pagava o valor de “15\$00 anuais”, tanto para o Distrito Federal como para os demais Estados”. A assinatura poderia ser feita em qualquer época do ano, sendo requerido, apenas que os assinantes encaminhassem o valor da assinatura ao endereço da editora, seguida de seus dados cadastrais e postais.

Assim, a revista ganha caráter nacional, onde a mesma contribuiria para a circulação, não só de métodos pedagógicos, como também, a produção de referenciais teóricos que não se limitava, apenas a capital, mas difundido em todos o país.

Dessa maneira o período, em que houve a circulação da revista, proporciona um acervo relevante para a compreensão dos debates políticos e educacionais de sua época, oportunizando aos historiadores da educação diversas possibilidades de pesquisas. A mesma se desenvolve num período de estruturação da República, possibilitando conjecturar como o processo de construção e desenvolvimento da educação, enquanto instituição pública e democrática se deu em sua criação.

No primeiro editorial da revista, Afrânio Peixoto, político, médico e professor, justifica a criação da revista pela necessidade de se construir uma unidade metodológica, uma rede de compartilhamentos e de universalização das ideias e métodos que amadureceriam o fazer pedagógico. Para ele a revista se aplicaria em construir essa rede, na qual possibilitaria preencher a distância existente entre o professorado, estimulando a criação de novos conhecimentos e os difundindo.

Existia um padrão de apresentação, sempre em sua primeira página pode-se identificar seu Editorial, o sumário no qual listava os artigos, que se dividia em artigos teóricos e artigos que direcionavam métodos a serem aplicados em sala de aula. Seguia-se, ainda em sua capa a presença em caixa alta do título do artigo que encabeçava a revista, o título ganhava destaque e tomava conta das duas colunas a qual a revista estruturava-se.

Ao longo da leitura pode-se notar a sistematização dos saberes vinculados ali, em formatos de colunas, intituladas: Três Palavrinhas, Língua Materna, Prática da Escola Nova entre outros títulos onde vinculava-se artigos com temas recorrentes para a revista. Trazia também a presença de anúncios de livros e livrarias, casas de materiais escolares e de laboratórios de higiene.

Em suas edições os principais temas e os mais recorrentes eram relacionadas as reformas de ensino e aprendizagem, métodos de ensinados renovados, higiene escolar, orientações metodológicas para as mais variadas disciplinas escolares do ensino primário. A revista também foi palco de lutas da classe docente, pela construção de prédios escolares e da renovação curricular, pode ser comumente encontrada também, transcrições de discursos dos inspetores e do Presidente Getúlio Vargas. (Oliveira, 2018, p. 3)

Seguindo a análise, em suas edições haviam dois núcleos de produção de conteúdo que roubam à atenção. O primeiro núcleo atende aos parâmetros propostos por seus criadores, que é a construção de saberes e formação continuada do corpo docente primário, fornecendo aos seus assinantes concepções teóricas, com seus métodos pedagógicos e didáticos para serem aplicados em salas de aulas, na qual essas metodologias estavam alinhadas com as ideias escolanovistas. Os professores deveriam se apropriar das teorias e tendências pedagógicas ao buscar soluções para os problemas que enfrentavam, na sua ação docente e problematizar sua prática pedagógica. Seu outro núcleo, propõe-se a atender a agenda política e civilizatória, a qual a instituição educação teve de se enquadrar e se submeter, através da difusão de pensamentos europeus, onde pousava a credibilidade e parâmetros de imaginários de educação desenvolvidos pelos países e modelos a serem seguidos.

3.2. Concepções pedagógicas da revista

Com o início da República e os ideais de modernidade, veio acompanhado do mesmo a democratização da educação comum para todos. O direito ao acesso à educação se estende aos grupos negros, que se tornam sujeitos com direitos e cidadania plenas.

O projeto de educação é pensado de forma a universalizar o acesso a seus espaços formais de ensino, tornando-a obrigatória e gratuita, compreendida como uma instituição pública laicizada. Dessa forma buscava-se a modernização da nação, a partir de uma lógica de democratização da escolarização, entendendo o ensino e a educação como renovados, responsáveis e necessários por inserir as pessoas numa nova ordem social.

Entretanto para a realidade do Brasil, tal instituição estava completamente defasada, tendo poucos prédios escolares, um alto índice de analfabetismo, e ausência de uma sistematização do processo educacional, considera-se também o vasto território brasileiro, que contribui para a dificuldade da universalização da instituição.

Tais dificuldades eram atreladas a um imaginário educacional, que fugia das preposições da instituição, resultado do alto índice de analfabetismo da população, advinda de um sistema, no qual o acesso à escola era restrito ao privilégio de grupos específicos, que excluía, deliberadamente, os grupos negros.

Num cenário de escassez de recursos públicos, ausência de vontade política, inoperância de políticas públicas, defasagem educacional e quantitativo reduzido de unidades escolares, principalmente no âmbito local das pequenas cidades nos interiores do Brasil, o acesso das populações mais pobres e nessa parcela, os negros, era quase que nula, onde ficavam invisibilizados,

A expectativa de democratização da educação para esse público era inexistente, quando constatamos que nessas localidades a precariedade de espaços escolares era uma realidade observável, contribuindo assim para a não inserção de grande parte da população nos anos iniciais da investida de universalização da Educação Primária, uma vez que a demanda por vaga, nas escolas era muito maior do que eram disponibilizadas, a procura era maior que a oferta.

Nesse mesmo caminho a imprensa pedagógica também se constrói de maneira relevante no desenvolvimento de ideologias, se aproveitando dos mesmos mecanismos da imprensa comum, aqui relevantes para compreensão do projeto educacional implementado em 1930, pois a mesma se constitui por testemunho de métodos, ideologias, e também compõe aspectos que se alinham ao corpo das narrativas.

Podemos observar isso na edição da Revista a Escola Primária, na edição de N. 18, em fevereiro de 1935, no artigo “Escola Social”, onde a mesma discorre sobre a importância do projeto de educação do Estado.

A escola atual representa, neste período de transição da vida nacional de nosso país, a força que há de conduzir, consolidar e aperfeiçoar a obra histórica do advento da República nova, preparando os futuros cidadãos para melhor servirem aos interesses da pátria, dando á nação o máximo, de rendimento do seu trabalho, da sua inteligência e da sua capacidade constructora. (Revista a Escola Primária, na edição de n. 18, 1935)

Dessa forma, contribuindo com a construção de um discurso positivo do modelo educacional implementado, apropriando-se da vinculação de seus números para a produção de diálogos e imaginários que atuem na esfera pública, e se perpetuem não só nos espaços educacionais, mas também nos espaços de produção cultural.

Para além, da construção de espaços de diálogos e ideais, a mesma servia como vinculadora de material didático, compartilhando a arte da docência, em outras palavras, partilhando as metodologias de ensino da pedagogia moderna, onde o sucesso estaria diretamente ligado ao executar as metodologias propostas de forma assertiva (Zanlorenzi. 2010). A exemplo, podemos citar a coluna intitulada por “Prática da Escola Nova”, onde em cada número da revista é desenvolvido métodos citados acima.

Na coluna em questão, é desenvolvido textos e materiais didáticos e apresentadas metodologias de como desenvolver os conteúdos, como fica expresso na edição de fevereiro de 1935 pagina 230, da revista “A Escola Primaria”, por título “A primavera:

Manhãs luminosas e radiantes de beleza! Estação dos risos, das flores e das crianças! A natureza palpita polvilhando de ouro os campos e os bosques. Com tanto esplendor, serviu-nos a primavera para centro de

um trabalho de onde se irradiarão os conhecimentos necessários às crianças de nossa escola. [...]

[...] A ideia de Primavera, sugere-nos logo a ideia de flores e daí surgirão os vários exercícios? As fábulas em que as flores simbolizam cândura, pureza, serão ótimos exercícios de interpretação.

[...] Trabalhos orais e escritos sobre os assuntos abordados, em forma "de composição, cartas, narrações, descrições, diálogos, relatórios. Organização de festivais. O trajeto das flores da zona produtora ao mercado. O álbum da classe: gravuras, recortes, fotografias, colecionadas. pelos alunos. [...]

As análises produzidas dessas colunas proporcionadas pela imprensa pedagógica, possibilita aos historiadores da educação análises a respeito do que era proposto pela educação e os significados que ganhavam, como esses discursos eram recepcionados nas esferas públicas, estabelecendo uma relação entre imprensa e opinião pública e como a mesma, contribui para a construção e implementação de projetos políticos, transformando seus interesses em interesses gerais.

A partir da análise da Revista "A Escola Primária" nos possibilita identificar a política educacional de 1930, uma vez que a imprensa pedagógica, também viabiliza um panorama histórico do seu tempo, assim como a imprensa comum.

A leitura da revista possibilita a visualização dos ideais escolanovistas que foram amplamente difundidos no início do século, ganhando força, no fim dos anos 20 e início dos anos 30 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

A Escola Nova, foi um movimento intelectual de renovação do ensino, de grande influência na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil.

Teve grande acolhida no Brasil, devido ao desenvolvimento econômico e industrial no início do século XX. Porém, ganha real destaque no governo Vargas, a partir do manifesto dos pioneiros da Educação no ano de 1932. Segundo o manifesto a educação nova tinha por finalidade:

[...] além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. (p. 40)

Os ideais do escolanovismo expostos aqui, objetiva uma educação renovadora, para atender às necessidades sociais, as transformações sociais que a sociedade.

De acordo com essa leitura pode-se identificar propostas pedagógicas que rompem com as metodologias tradicionais, onde cabia ao corpo de alunos, uma educação sem espaços para a criticidade dos conteúdos, restando-lhes, apenas a reprodução dos conhecimentos já estabelecidos.

Nessa nova abordagem pedagógica o professor assumia a função de guia, cabia ao mesmo o dever de conduzir seus alunos a novas descobertas, proporcionando-lhes autonomia na construção dos saberes e habilidades. Podemos notar esses aspectos metodológicos, em outro trecho do artigo “A primavera”, citado acima.

Observando, contemplando tudo que é belo, os alunos terão aí fonte abundante para a sua ilustração. Abordaremos as diferentes disciplinas do nosso programa, tomando-a sempre por motivo. Em Linguagem, figurarão as descrições onde a criança revelará o seu entusiasmo pelas tardes e manhãs primavera. (p. 230)

Podemos observar uma proposta pedagógica, onde os alunos tem autonomia para criação, onde podem colocar e expor suas perspectivas de mundo nos seus exercícios, conduzidas pelo professor nas mais diversas atividades, na qual o contexto da primavera pode ser abordado.

Para além dos aspectos pedagógicos, também é observável, nos artigos da revista, a difusão de ideias de uma escola universalizada, pública e que contemplasse todo o território brasileiro, afim de universalizar a educação, em especial a escola primária, a qual contribuiria em primeira mão com o combate ao analfabetismo.

É incontestavelmente o dos prédios escolares um dos problemas preponderantes na administração pública. A ESCOLA PRIMÁRIA honra-se de jamais ter deixado escapar oportunidade para bater na tecla da necessidade premente de se construir prédios adaptados aos fins da educação popular. Temos apoiado com os nossos aplausos todas as tentativas, todas as iniciativas, nem sempre levadas a bom termo. (p, 209)

Neste artigo o autor discute, sobre “Novos prédios escolares”, abordando não só a necessidade da construção de novos prédios escolares, como também, comunica aos seus leitores como a revista vem, ao longo dos anos, denunciando as problemáticas da falta de escolas.

É nesse lugar de criticidade que podemos observar como sua agenda política, mais uma vez, se alinha com uma política de universalização da educação na qual, aqui quantidade de prédios escolares, traduzem-se por maior quantidade de alunos

em sala de aula, contribuindo dessa forma com o combate aos males do analfabetismo.

No trecho² seguinte podemos observar, a continuidade dessa ideia:

Porque prédio não deve ser considerado apenas um melhoramento material, mas a condição mesma para se realizar o programa educativo. A eficiência social e intelectual da escola, não está assegurada, se lhe faltam as condições de edifício e de instalação sem as quais não será possível a obra de instrução. (ERNESTO. 1933 p, 163)

É relevante traçarmos um perfil dos assinantes da revista, uma vez que ao identificarmos conseguiremos construir uma análise mais precisa das influências que a mesma exerce a sociedade. A revista a escola primaria é constituída por professores que segundo os mesmos, construíram um mecanismo que contribuísse com a extinção do analfabetismo.

Seu público leitor, sendo formado por professores atuantes nas escolas, sejam elas públicas ou privadas, podem contribuir para uma ação relevante da revista nas estruturas educacionais das cidades, a qual a mesma alcança, uma vez que as metodologias e abordagens ideológicas estão sendo difundidas.

É importante menção a esse caráter de difusor de ideologias, para podermos traçar um perfil ideológico difundido na educação, aqui relevante para nossa pesquisa, afim de compreendermos, como as ideias de civilidades implementados, a época através da educação, impactam a sociedade, sobretudo os negros.

[...] sendo a escola o reflexo da família humana, tem de ser o «verdadeiro lar» daqueles que nascem sem teto, dos que desde cedo são abandonados aos azares da sorte, propensos, portanto, a enveredar pelo caminho dos vícios e da delinquência, aniquilando-se e concorrendo para desvitalizar a raça e destruir a felicidade humana.

Para esses infelizes é a escola a salvadora por excelência, cabendo-lhe agir oportunamente para o soerguimento e cura moral desses [...]

No trecho em questão, o autor nos conduz em suas entrelinhas sobre a relevância da escola ao combate da degeneração da raça. A mesma, caracteriza-se pelo seu viés moral e civilizador, que combate, não só dos “vícios e da delinquência”, mas que também nega toda e qualquer manifestação que fuja dos padrões de civilidade estabelecida como regra.

² Revista A Escola Primaria, dezembro de 1933 ano XVII nº 9, “o problema da educação da infância” p. 163

3.3 Educação para civilizar

Esse novo ideal de educação se adequa ao contexto histórico do Brasil, frente às novas dinâmicas socioculturais e econômicas produzidas pela modernidade, exigiam a produção de referências culturais que aglutinassem toda a sociedade, afim de se construir um povo civilizado, que estivesse apto para conviver na sociedade que estava se construindo em seu seio. A configuração de modernidade fundamentava-se completamente pela função civilizadora da escola, no qual a mesma possuía meios indispensáveis na produção do homem civilizado.

O professor, incumbido de mediar o ingresso das jovens gerações no processo civilizador, do ponto de vista institucional, reunindo a formação técnica do saber-fazer-ensinar, tinha/tem como dever privilegiar a inculcação dos valores éticos, morais e comportamentais burgueses, o que diz respeito a um ensino voltado ao respeito, à obediência, ao silêncio e às normas de leis do país e da religião. (CIA, TARDIO e BISSOTO, 2014, p. 23)

Cabia a educação a função de civilizar a população, enquadrar as mesmas a novo dinâmica social posta por essas elites. O projeto de educação republicana trazia a concepção da construção de um cidadão nacionalista, comprometido com o mundo do trabalho e civilizado.

Norbert Elias (1994), compreende o processo civilizador como um conjunto de tensões, com suas mais variadas multiplicidades, monopolizada pelas elites econômicas e sociais, fator esse que constitui as mudanças nas estruturas sociais, tendo nos espaços escolares “uma produção cultural que se fez pela necessidade de se estabelecerem unidades de referências civilizatórias” (2008, p.35). Esse espaço, sendo ele constituído em estruturas formais ou não formais, está intrinsecamente ligado ao fazer político.

Essa compreensão de educação como espaço político é de suma importância para compreendermos, as referências civilizatórias empregada pela elite política brasileira à população. Visto que a mesma, corrobora com construção de narrativas e estruturas sociais que se replicam e produzem referenciais políticos.

Retomando novamente a fala de Getúlio Vargas na constituinte de 1933, fica evidente como o discurso político perpassa o espaço educacional. O discurso eugênico implementado no projeto de educação, impacta diretamente à população negra, dando ao processo civilizatório, desenvolvido nos espaços escolares o objetivo

de construir no negro, referências de capital cultural burguês, impactando diretamente nas subjetividades de seus costumes, sua relação com o sagrado e modo de vida.

Assim, entende-se aqui por civilidade, um projeto no qual perpetua a padronização comportamental e cultural idealizada pelas elites, um ideal branco em detrimento dos costumes dos grupos considerados minorias, tendo-se os negros, que destoam desse ideal que se produzia. Cabia a educação a função de combater não só a “barbárie” e os vícios, mais de desenvolver a sociedade, a partir das relações interpessoais e entre grupos, num embranquecimento das mesmas.

Na coluna “A Escola Nova e a Educação Moral, da edição de fevereiro de 1930, pág. 261, é feita a transcrição de uma palestra na escola “Affonso Penna” por José Piragibe, no qual o mesmo discorre sobre a repercussão da implementação da Escola Nova, de suas ideias de moral, e como o mesmo traduz-se em bons resultados para à agenda de civilidade.

“[...] vereis como se ilumina de uma nova luz a Escola Nova. Sentireis que ela precisa estar não somente á porta do templo, como o reformador foi obrigado a fazer, mas dentro do templo e ser um templo onde se preparem operários úteis á causa do bem, do justo e do ideal. (PIRAGIBE. 1930, pag. 261)

Seguindo esse caminho, a escola desenvolveria a disciplina e doutrinação, tais como o modo de pensar, agir, ouvir, se relacionar dentro das hierarquias sociais e suas produções culturais, tornando-se refém dos moldes comportamentais, antes determinados como ideal de civilidade. Desse modo, surgiria aí um cidadão fruto da civilidade, construído pela instituição educacional.

Essa política teria como um dos seus resultados o embranquecimento cultural da população, que se daria num sentido de regulação dos comportamentos, das práticas sociais e se estenderia nas relações afetivas, e no incentivo a miscigenação, que mais tarde seria carro chefe da política de democracia racial, amplamente difundida na sociedade, como característica base da identidade nacional. (Almeida. 2019, 140)

Ainda segundo Almeida (2019) a democracia racial, “Trata-se de um esquema muito mais complexo, que envolve a reorganização de estratégias de dominação política, econômica e racial [...]”, legitimando de violência e desigualdade racial, que foi disseminada pelo aparelho do Estado e pela imprensa.

Dessa maneira, a expansão e democratização da escola foi amplamente difundida pela imprensa, uma vez que a mesma seria fundamental para a transformação da sociedade, cabendo a educação difundir entre os educandos, normas e valores correspondentes a negação aos vícios, ao ócio, combatendo dessa forma a “degeneração”. Esta afirmativa caracteriza a educação como a responsável pelo desenvolvimento e progresso proposto pelos republicanos.

Ressalta-se aqui, que esse projeto de civilidade a qual a educação era contribuinte, não se limita, apenas a cultura letrada e as estruturas culturais que a elite republicana importou de países europeus, esse movimento de progresso que a instituição educacional colaborou em sua construção, também, enquadra-se na produção de mão-de-obra especializada para os novos meios de produção, “organizados em moldes racionais da vida produtiva”, [...] tendo em vista o intuito da formação de um novo modelo de cidadão e de trabalhador”. (ANDRADE. 2014)

A imprensa, sobretudo a imprensa pedagógica foi indispensável na difusão desses ideais. A Revista a Escola Primária, aqui analisada não fugiu à lógica, e ao longo da leitura poderemos identificar, como esses ideais foram amplamente difundidos, a começar pela multiplicidade de artigos que denunciam a inexistência de prédios escolares que atendam toda a comunidade estudantil e ou mesmo, que divulguem a construção e inaugurações dos mesmos. Reiteradamente também são vinculados artigos que tratam do analfabetismo, e da carência de professores primários.

Este cenário de denúncias vinculados nas edições da revista está ligado ao projeto de democratização da educação, na qual é crucial para o projeto civilizatório do Estado.

Tal caminho põe em destaque que a educação articulava-se com a busca do progresso e modernidade, um caminho para o desenvolvimento social e econômico. Essas invocações pelas transformações, essa civilização, como aponta o periódico através dos comportamentos pessoais esperados, mudanças nos vários setores da sociedade, são aspectos que estão permeados por um ideal de grande significação emocional o processo de vir a ser. Isto fica evidenciado na comparação com outros países. (ROCHA, 2005 p. 7)

Nessa direção, analisaremos um gráfico do ano de 1932, que foi trazido na edição de setembro de 1934, onde é inserido dados estatísticos escolares do ensino primário, afim de discutir como o avanço da educação vinha se efetivando. O gráfico é

constituído pelos seguintes dados: listagem de vinte e dois (22) estados, unidades escolares, quantidade de professores, de matrículas, frequência escolar e concluintes do curso primário.

Intitulado por “RESUMO DA ESTATÍSTICA DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL EM 1932”, o gráfico apresenta como dados gerais o total de 27.659 unidades escolares, 53.304 professores, 2.071.399 matrículas efetivadas, frequência escolar de 1.422.841, e 124.025 concluintes do curso primário. O gráfico não é acompanhado por nenhuma análise, apenas é apresentado de maneira afirmativa, não sendo identificado um padrão de publicação de gráficos similares nos anos anteriores, entretanto podemos fazer uma relação dos dados apresentados, com matérias publicadas nos anos anteriores.

Antes de explorar esse levantamento estatístico, cabe menção ao não aparecimento de dados que façam referência a situação do negro no processo de escolarização no período analisado, entretanto, na edição de outubro de 1933, é apresentado em uma coluna um modelo de “teste de aproveitamento” a ser aplicado em turmas de 2º ano, espaço para preenchimento da cor do aluno, possibilitando, visualizarmos mesmo que de forma limitada a presença do negro nas escolas a qual a revista circularia.

Na edição de junho de 1931, no artigo “Não Sabem Ler Nem Escrever” (CARDOSO, 1931), vemos uma crítica ao atraso na produção de dados estatísticos sobre a educação, justificando a não vinculação desses dados com mais frequência na revista, no qual apontam que só é possível “[...] mediar hoje, tendo por base os referentes ao recenseamento de 1920 [...]”. Entretanto, ainda mais interessante aqui, é o paralelo que nos é possível fazer, entre o artigo e o gráfico, a denúncia, aborda o analfabetismo, e como o combate ao mesmo, ainda vem, sendo conduzido a passos curtos, podendo relacionar aos dados apresentados do ano subsequente, em relação ao número de alunos que concluíram o ensino primário, que totalizou 124.024 alunos.

Mesmo levando em consideração que o número de matrículas apresentado no gráfico, não corresponde, apenas ao último ano de curso do primário, podemos ver um grande número de evasão, cerca de 40% dos alunos matriculados não concluíram o ano letivo. Cardoso (1931), ainda apresenta dados referente ao número de crianças

em idade escolar que seria “cerca de 12 milhões, que estão em idade inferior a 7 anos” e que supostamente seriam “esses indivíduos normalmente analfabetos.” (p.49).

Já no quesito corpo docente, é verificável uma série de menções à classe, uma vez que, a revista é pensada para a continuidade da formação dos professores, inculcando, também à classe o dever de civilizar a população, produzindo assim, a revista uma série de discussões, na qual não é possível ser aplicada, sem a aderência dessas metodologias pelo professorado. A título de exemplo, podemos citar o posicionamento dos inspetores e médicos sobre o papel de apoio da escola às campanhas de saúde pública.

Segundo Oliveira (2018) era vinculado na revista que os professores primários servissem como elo de união entre a população e as campanhas de saúde, cabendo os inspetores a orientação adequada da classe docente. Era também tomado como estratégia que as escolas educassem essas crianças sobre a higiene pessoal, afim que as mesmas influenciassem seus familiares sobre importância da higiene. Dessa forma cabiam aos professores “ensinarem os preceitos de higiene a comunidade escolar, fazendo revista diária logo após a chamada”. (Oliveira, 2018, p. 4).

Esses métodos que visam a civilidade difundidos pela revista, por mais que não cite características dos alunos como cor ou raça, carrega em seus discursos, amplamente o combate a degeneração racial, a qual a educação busca combater.

[...] portanto, a enveredar pelo caminho dos vícios e da delinquencia, aniquilando-se e concorrendo para desvitalizar a raça e destruir a felicidade humana. Para esses infelizes é a escola a salvadora por excellencia, cabendo-lhe agir opportunamente para o soerguimento e cura moral desses. (NEVES, 1935 p, 219)

Dessa forma podemos assumir, que mesmo que a educação primária e pública não fosse destinada, apenas as pessoas de cor, existe aqui, com base no discurso implementado na época, o objetivo alcançar majoritariamente crianças negras com o discurso de civilização.

Neste contexto, a revista abordava de maneira frequente, matérias voltadas para a estruturação de uma pedagogia do progresso, no qual estruturava abordagens que reconstruíam o perfil do professorado, as estruturas físicas escolares, o saneamento básico, da higiene, a organização das salas, tornando as estruturas escolares modernas e civilizadas, afim de que esses alunos saíssem desses espaços prontos para reproduzir esses referenciais. A exemplo temos o artigo “Escola Social”

Compete-lhe, ainda, além dessa função tutelar e fiscalizadora, a solução dos delicados e graves problemas de «hygiene social», sobretudo daquelles que se referem á coeducação, á felicidade do indivíduo e á formação da família, constantemente ameaçados um e outra, devido á incompreensão e mal ajustamento das possibilidades constructivas dos sexos.

A escola social deve estar preparada, portanto, não só para attender aos objectivos já, referidos, como também para solucionar todos os demais problemas sociaes que appareçam, devendo resolvel-os pelos meios naturaes e verdadeiros, sem exaggerados zelos — ou prejudiciaes restricções. (Neves, 1935. 219).

Portanto, os dados apresentados pelo gráfico em discussão, podem representar também, como os ideais de civilidades, a qual foi confiado a escola se desenvolveu, mesmo a passos curtos. Ainda, que demonstre ser um dado despreocupado, apresentar esses números pode robustez os dados para supor que o projeto de universalização da educação, e dos mecanismos sociais e culturais de civilidades produzidas pelas elites políticas vinham se expandido. É possível afirmar também, que os ideais da escola Nova propagado pela revista “A Escola Primária” estavam sendo difundido para além do Estado do Rio de Janeiro, repercutindo assim no cenário nacional.

3.4. Espaços de silêncios educacionais e os seus sentidos

É sabido que o projeto de civilidade implementado, é produto de um projeto de embranquecimento produzido pela política da classe dominante brasileira, por meio das instituições do Estado. A proposta agora, é uma análise de como o projeto de educação desenvolvido e pensado para a construção de uma sociedade, que carregava uma diversidade cultural, e de maioria negra, se construiu negligenciando as especificidades desse grupo.

Tendo como propostas a continuidade formativa dos professores primários, e a imposição do dever de combater o analfabetismo, o maior dos males de uma sociedade que busca o desenvolvimento em moldes modernista, se estendendo também ao mundo do trabalho.

A Revista Escola Primária, alinhada aos princípios da elite brasileira, vincula uma série de métodos e discursos que impactam a educação, num cenário local e possivelmente nacional.

Contribuiu para a construção de uma educação branca que reproduzia valores liberais, elitistas e de civilidade moldada pelos setores políticos, que diretamente impactam negros, pelo silenciamento e invisibilidade desses sujeitos nesse processo.

No período de análise temporal estabelecido para a pesquisa, poucas vezes foram citadas as palavras “negro” ou “cor” na revista, tão pouco foi produzido artigos que contribuam didaticamente para a formação dos professores, para a construção de conhecimentos e saberes que contemplasse as especificidades, sejam elas culturais ou sociais dos negros.

De acordo com Santos (2017), “Estes movimentos discursivos produzem silêncios, criam sentidos e imagens que muito tem a dizer, quando não falam.” Promovendo, dessa maneira em seus leitores, e consumidores da revista mensagens subliminares de negligência e não problematização de aspectos relacionados ao universo da cultura negra, suas epistemologias, saberes, aspectos simbólicos, subjetividades, as especificidades do negro ao processo formativo da educação formal, perpetuando a continuidade de métodos que se apresentam excludentes a esses indivíduos, quando continuam sendo reproduzidos.

Para além da revista, também existe dificuldade em se encontrar matérias que registrem a experiência educacional dos negros de maneira direta, sobretudo quando se investiga o processo de escolarização dos negros na historiografia da educação que contemplem anos anteriores a década de 1960 e 1950, que segundo Cruz (2005) “teremos a nítida impressão da inexistência de experiências escolares dos negros”, sendo este, o período de intensificação da universalização e de ampliação da instrução pública.

Esses dados podem ser justificados de duas maneiras. A primeira seria o desinteresse da academia pela produção de pesquisas na área, uma vez que o que se tem produzido, do ponto de vista bibliográfico, sobre o processo de escolaridade do negro, em sua grande maioria, tem partido de acadêmicos negros, no qual partem de um local muito específico para a produção do mesmo.

O segundo seria a dificuldade na construção de uma rede de dados que possibilite a produção dessas pesquisas, terminando produzindo também uma complexidade na difusão dos dados e informações das pesquisas. Caindo também no “não lugar”, na exclusão da documentação do processo de escolarização do negro,

estabelecendo assim lacunas e silenciamentos desses sujeitos. “eficaz de silenciar e apagar um segmento da população da história e da cultura de um país”. (BONILHA, SOLIGO, 2015, p. 32)

Esses documentos que são submetidos ao crivo da historicidade, são de suma importância na construção da bibliografia, e uma vez que essas fontes não foram conservadas, ou intencionalmente produzidas sem recortes que possibilite análise, seja de raça ou qualquer outra categoria ou variável, produzem silêncios, e comunicam tanto sobre o grupo que o produziu como também produz significado ao grupo que foi esquecido e lesado nessa produção.

Nesse sentido, Cruz (2005), é categórica ao afirmar que a:

A problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação. (CRUZ, 2005, p 23).

Dessa maneira, a autora nos dá margem para problematizar a construção do processo de escolarização a qual os negros brasileiros foram submetidos, uma vez que a produção documental dessa experiência se encontra defasada ou foi produzida em uma perspectiva que inviabiliza a análise desses processos, possibilitando assim, nos questionarmos qual o “lugar ou não lugar”, que foi direcionado ao negro, por meio do processo educacional e se o mesmo se construiu em um processo de dominação.

Cabe aqui uma ressalva a crítica da ausência de fontes e o modo a qual a mesma é construída, me dirijo aqui aos órgãos do Estado responsáveis pela produção de dados e da documentação do processo de escolarização do negro, contribuindo com a produção de silenciamentos. É por meio desse diálogo que construiremos com Orlandi (2007), a compreensão desse não lugar do negro, que será costurado, a partir desse viés de apagamento dos registros do negro na educação. Dessa maneira a crítica aqui não se destina aos relatos e matérias produzidas pelos movimentos negros ao longo da história, e da documentação produzidas pelos mesmos no avanço das lutas e suas pautas.

De acordo com Orlandi (2007), o silêncio não é completamente observado, entretanto o mesmo não é vazio, ele não passa despercebido, ele expressa significados, porém o mesmo só é observável em uma lente indireta, “por métodos

(discursivos) históricos, críticos, desconstrutivas.” Dessa forma a observação do silêncio, aqui produzido pela revista deve ser analisado do ponto de vista histórico, para que possamos lançar significado é essa construção.

Durante o processo de investigação, notamos na revista a ausência de artigos que fossem voltados para propostas pedagógicas que discutissem de forma específica os grupos negros, ou que produzissem dados específicos desses grupos, sendo que a mesma se construía para a educação primária nacional, onde a maioria populacional era formado por negros.

Lançando olhar a estruturas históricas, podemos identificar significados no silêncio aqui produzido, a partir de uma lógica de dominação desses grupos, onde o Estado produzia um discurso de homogeneidade populacional, a partir de políticas eugenistas e higienistas, na busca de uma produção nacional e uniforme em moldes europeus. Nesta lógica o discurso civilizador difundido pela revista ocupava-se, não apenas em construir estruturas que produzissem o silêncio proposto, mas que objetivava inviabilizar implementação de um outro discurso.

Essa política pode ser evidenciada, ao identificar em uma revista pedagógica repetidamente diversos artigos com viés teórico que propaga em espaço escolar a eugenia, e até mesmo destina espaço para a definição do termo, onde apontam que é por meio do “controle social” que controlariam o melhoramento das “qualidades raciais das gerações futuras”.

Importante também explicitar que após o artigo “A definição oficial da palavra “Eugenia””, segue-se um quadro informativo, onde expõe que:

De conformidade com o acordo estabelecido entre a Directoria de instrucção Municipal e a Administração desta revista, todos os directores de grupos escolares, escolas primarias e cursos populares nocturnos receberão um exemplar de cada numero d'«A Escola Primaria», o qual deverão conservar na «Bibliotheca Escolar», como propriedade do estabelecimento que dirigem. (N. da Red. Pag. 11)

Assim todos os espaços de ensino formal do município do Rio de Janeiro teriam os números das revistas em suas bibliotecas, contribuindo dessa forma para a propagação não só das propostas pedagógicas, e viés ideológico que a mesma propaga em seus números, como também contribuem para a sedimentação de um discurso que produz silêncio, fazendo com que os professores que não assinam a revista tenham acesso a produção da mesma, e o reproduza.

Capítulo 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como verificamos a História da educação e a trajetória educacional do negro no cenário da Universalização da educação e escolarização, a partir das lentes lançadas pela revista “*A Escola Primária*”, nos possibilita impressões relevantes sobre a produção sistêmica de exclusão e silenciamentos que os negros brasileiros foram submetidos, mediante a uma política nacional de educação.

A partir da interpretação da Revista primária, os aspectos ideológicos e políticos passavam um ideal de educação de combate ao analfabetismo, os vícios e males da “raça”, num viés civilizador, valorizando o fortalecimento do nacionalismo e a formação para ser absorvido no mercado de trabalho, ficando “evidente a necessidade de constante vigilância e da responsabilidade moral, no controle higiênico, na regulação e inculcação de sentimentos superiores de valor social, moral, religioso, estético e intelectual.” (CUNHA, 2005)

Assim, vinculava a emancipação ao controle e a vigilância que dificultaria a inclinação para o desenvolvimento de costumes e aspectos culturais dos sujeitos, considerados incivilizados.

A escrita implementada pela revista pode ter inspirado e produzido uma influência à semi-integração dos negros ao universo da escolarização formal, onde as suas necessidades educacionais foram limitadas, apenas ao projeto civilizador do Estado, tendo em vista, a maneira em que os conteúdos referentes a educação destinada ao negro eram produzidos. Segundo Cunha (2005, p. 236) “A “emancipação” só seria efetivada sob as rédeas do controle e da vigilância, que eliminariam a propensão para a degenerescência, libertando tais sujeitos e os trazendo, sob controle, para o espaço da vida social civilizada.”

De outro modo reforçava um discurso que perpetuava as estruturas de poder advindas do regime escravagista, quando produz a partir da escolarização dos negros, mecanismos de controle e vigilância, onde dá lugar para a manutenção da disparidade educacional e das relações sociais entre brancos e negros.

Essa interpretação nos possibilitou identificar na proposta educacional disseminada pela revista na década de 1930, que visava a introdução, apenas do negro à civilidade, lugar onde este, ficaria restrito a um posicionamento, “lugar” de

subalternidade, cabendo ao negro não só o universo do trabalho, como também, da aculturação e produção de um imaginário social, onde suas representações culturais e estéticas deveriam ser marginalizadas pelo discurso racial propagado.

Cabia a esse projeto de civilizatório desenvolvido nos espaços escolares a negação das epistemologias do negro, da não aceitação de suas referências culturais, como música, dança, traços físicos, e afins. Essa marginalização se dar também em um lugar de negação, da demonização de seus referenciais religiosos, do esvaziamento com suas referências de beleza, de ética e estética, excluindo seus traços do lugar do bonito, a partir das ideologias raciais, promovendo por meio dessas referências racista de beleza e de cultura estética, aspectos de ser enquadrado, no “não lugar”, lugar subtendido, estanque, sem identidade, sem história, a qual o negro foi submetido por meio da produção ideológica, amplamente, difundida na educação.

Ao se apropriar do espaço de produção de significados, essa educação negava a construção de referências que fugissem da regra vigente, construindo assim uma rede de significados e representações que perpetuassem continuamente referências de civilidade e estéticas que localizam o negro no “ não lugar”, em um lugar da instrução pedagógica limitada a atender os padrões de civilidade, contemplando a leitura e a escrita, mas que marginalizou os demais campos de atuação desses sujeitos, na educação.

Esse “Não lugar” se estabeleceu como o lugar do silenciamento, do obscurantismo, como o espaço do anonimato, que é impessoal, sem qualquer traço de identidade ou de valorização; uma forma eficaz de silenciar e apagar um segmento da população da história e da cultura de um país. É importante destacar que tal exclusão aconteceu principalmente no nível simbólico, isto é, o “não-lugar” não corresponde, apenas a um espaço físico, trata-se, também, de uma exclusão que opera no nível da subjetividade dos sujeitos.

Diante deste contexto e da necessidade de denunciar a persistência do racismo e do mito da democracia racial, da produção de parâmetros de uma civilidade que excluiu o negro de sua identidade racial e colocou-o no lugar do portador dos males e do atraso que afligem uma sociedade desenvolvida.

Essa situação reverberou na realidade concreta e atual de uma educação excludente, que perpetua, ainda hoje disparidade na escolarização de negros e

brancos e suas performances no mundo do trabalho, somada a invisibilidade da historiografia educacional do negro, promovendo dificuldades na produção de políticas públicas, afim de sanar essa dívida histórica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

Andrade, Flávio Anício. Escola como agência de civilização: projetos formativos e práticas pedagógicas para a educação rural no Brasil (1946-1964) Hist. Educ. Porto Alegre v. 18 n. 43 Maio/ago. p. 93-108 2014.

BONILHA. Tamyris Proença; SALIGO. Ângela Fátima, “o não-lugar do sujeito negro na educação brasileira” REVISTA IBERO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO vol. 68, núm. 2 (15/07/15), pp. 31-48, ISSN: 1022-6508 / ISSN: 1681-5653

BOUTIN. Aldimara Catarina Brito Delabona, SILVA. Karen Ruppel, “AS REFORMAS EDUCACIONAIS NA ERA VARGAS E A DISTINÇÃO ENTRE O TRABALHO MANUAL E O TRABALHO INTELECTUAL”. **EDUCERE - XII Congresso Nacional de Educação. P 4486 – 4497. 2015**

BRITO. Ana Paula Gonçalves, OLIVEIRA. Guilherme Saramago de, SILVA. Brunna Alves da, “A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO”. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.1-15/2021.

BRITO. Sílvia Helena Andrade de, “A EDUCAÇÃO NO PROJETO NACIONALISTA DO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930-1945)” 2006.

CUNHA, Lidia Nunes. ROMÃO, Jeruse (org). História da Educação do Negro e outras histórias – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na história do Brasil. São Paulo: Edusp, 1988. Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, vol. 1.

CELLARD, A. “A análise documental.” In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: companhias das letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Simulacro e poder. São Paulo: A Fundação Perseu Abramo, 2006.

CIA. Helena, TARDIO. Daniely Cristina; BISSOTO Maria Luísa, “O PROCESSO CIVILIZADOR NAS ESCOLAS: O MODELAMENTO DO CORPO E DA MENTE NA CONCEPÇÃO DE CARLOTA BOTO” Revista Científica da FHO|UNIARARAS v. 2, n. 2/2014

CRUZ. Mariléia dos Santos, “Uma abordagem sobre a história da educação dos negros História da Educação do Negro e outras histórias” Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

DÁVILA, J. Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945). Trad. Claudia Sant’Ana Martins. São Paulo. Editora UNESP, 2006.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes Rio de Fausto. Bores, “Historia do Brasil” 2º ed. São Paulo: Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FELIPE. Delton Aparecido, TERUYA. Teresa Kazuko. “A Educação da População Negra Brasileira na Formação da Identidade Nacional” Revista HISTEDBR p. 111-133, 2015.

FONSECA, M.V. “A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil.” Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

FONSECA. Thais Nívia de Lima, VEIGA. Cynthia Greive, “História e historiografia brasileira” 1. Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro, 2002.

INOUE. Leila Maria, “A REVISTA DE EDUCAÇÃO (1921-1923) E A REFORMA DE 1920: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SÃO PAULO” Programa de Pós-Graduação em Educação UNESP, 2011.

MARCO. Antonio Bettine, SANCHEZ. Livia. “Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil” Universidade de São Paulo, USP, São Paulo-SP, 2016.

MENEZES, Janaina S.S. “A VINCULAÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO: OS (DES)CAMINHOS DO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL”. 2008

ORLANDI, Eni Pucciinelle. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

PASSOS, Joana Célia dos. "As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos". Eja em debate 2010.

NEVES, Maria C. C. V. P. das. Escola Social Revista a Escola Primaria, Rio de Janeiro, fevereiro de 1935. Ano XVIII, N. 18 p. 219.

Revista a Escola Primaria, Rio de Janeiro, fevereiro de 1935. Ano XVIII, N. 18 p. 230.

ERNESTO, Pedro. O problema da educação da infância. Revista A Escola Primaria, dezembro de 1933 ano XVII nº 9, p. 163

PIRAGIBE, José. A escola nova e a educação moral. Revista a Escola Primaria, Rio de Janeiro, fevereiro de 1930 ano XXIII N. 12, p. 261.

Revista A Escola Primaria, setembro de 1934 ano XVIII nº 6, p. 123

CARDOSO, Vicente Licinio. Não sabe ler nem escrever. Revista A Escola Primaria, junho de 1931, ano XV. N 3, p. 49.

ROCHA, R. C. L. "Imprensa, Educação e Civilidade" In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador: Tecnologia e Civilização, 2005, Ponta Grossa. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador: Tecnologia e Civilização, 2005.

RODRIGUES, Elaine. COSTA, Célio Juvenal (Org), MELO, José Joaquim Pereira (Org), FABIANO, Luiz Hermenegildo (Org). Fontes e métodos em história da educação. Dourados, Ms: Ufgd, 2010.

SAVIANI, Dermeval. "Escola e democracia. Autores Associados. São Paulo: 2009

SCHWARTZMAN. Simon, BOMENY. Helena Maria Bousquet, COSTA. Vanda Maria Ribeiro, "Tempos de Capanema". São Paulo: paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de "Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890" – São Paulo, 2006 ALMEIDA.

VARGAS. Getúlio, "A Nova política do Brasil." Rio de Janeiro: J. Olympio, v. 1-3, 1938.

VEIGA, C.G. “Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial.” Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED, v. 13, n. 39 set/dez, 2008

BÍBLIA. Português. Bíblia De Promessas. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Copyright, 2010. Edição Revista e Corrigida.

Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959 Fernando de Azevedo... [et al.]. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, FONTES E A IMPRENSA. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 60-71, 2010.

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. A ESCOLARIZAÇÃO DOS NEGROS E SUAS FONTES DE PESQUISA. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.42, p. 235-248, 2011.

ROSA, Chaiane de Medeiros. LOPES, Nataliza Francisca Mezzari. Carbello, Sandra Regina Cassol. EXPANSÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL. Poíesis Pedagógica, Catalão-GO, v.13, n.1, p. 162-179, 2015.

SCHNEIDER, Luiz Carlos. Lugar e não-lugar: espaços da complexidade. Ágora. Santa Cruz do Sul, v.17,n. 01, p. 65-74, jan./jun 2015.

MANSANERA, Adriano Rodrigues. Silva, Lúcia Cecília da. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. Psicologia em Estudo DPI/CCH/UEM v. 5 n. 1 p. 115-137, 2000.

Oliveira, M. G. L. (2018). A formação do professor através da revista A Escola Primária (Distrito Federal, 1916 - 1938). In: Encontro internacional e XVIII encontro de história da ANPUH Rio. Historia e parcerias. Niterói/RJ: UFF, 2018. v. 1. p. 1-9.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

SANTOS, Priscila Goulart dos. Silêncios negros na historiografia científica da ditadura civil-militar (1964 – 1969). 2017

SÁ-SILVA. Jackson Ronie, ALMEIDA. Cristóvão Domingos de, GUINDANI. Joel Felipe, “Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas”, Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009.